



I PARLAMENTO JUVENIL DA CPLP SÃO TOMÉ 2019

REUNIÃO DO I PARLAMENTO JUVENIL DA CPLP 22 DE NOVEMBRO DE 2019

Presidente: Aleina Neto Sousa
Vice-Presidente: Maria Madalena Rodrigues
Secretários: Lucas Miguel Monteiro
Denazia da Silva Pires

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Neves, no seu discurso, enalteceu o impacto da aproximação dos cidadãos mais jovens dos países da CPLP na actividade política, ressaltou a importância do tema e demais problemas sociais que enfermam as populações dos países de língua portuguesa e, por fim, manifestou o seu agrado pelo momento histórico, com a realização do I Parlamento Juvenil da CPLP, cuja honra coube a São Tomé e Príncipe, tendo congratulado-se com a organização do evento.

Seguiu-se a inauguração da Sala do Parlamento Infanto-Juvenil, por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Neves.

Deu-se continuidade aos trabalhos com as declarações dos distintos países presentes, tendo intervindo os Líderes Parlamentares, Néurio Pereira (Angola), Lucas Meira (Brasil), Ailine Andrade (Cabo Verde), Rogério Oncumbo (Guiné-Bissau), Yzaias Uqueio (Moçambique), António Pato (Portugal) e André Paulo (Timor-Leste).

O 1.º Secretário (Lucas Monteiro) apresentou as 10 propostas de medidas de recomendação, que foram aprovadas por aclamação.

Foram rejeitadas as propostas de medidas de recomendações n.º 7, 11, 13 e 14. No debate, intervieram os Deputados Romário Marçal (Timor-

Leste), Néurio Pereira (Angola), Lucas Meira (Brasil), João Miguel Perleques (Portugal), Alex Boa Esperança (São Tomé e Príncipe), Leonilde Correia (Guiné-Bissau), Lence Mussa (Moçambique), Lueje D'Alva (São Tomé e Príncipe), Elton Costa (Angola), Rogério Oncumbo (Guiné-Bissau), Yzaias Uqueio (Moçambique), Tommy Tomar (Cabo Verde), António Pato (Portugal), Maria Madalena Rodrigues (Portugal), Ana Magalhães (Brasil), Denazia Pires (Timor-Leste), Ailine Andrade (Cabo Verde) e André Paulo (Timor-Leste).

A Representante da UNICEF, Mariavitoria Balota, na sua intervenção, reafirmou a importância da criação do I Parlamento Juvenil da CPLP, da responsabilidade dos Deputados por representarem os que não têm voz. Enalteceu a gentileza e a coragem, como duas virtudes que fazem a diferença nos jovens.

No encerramento, o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Jorge Bom Jesus) louvou a realização do I Parlamento Juvenil da CPLP e o engajamento de todos os parceiros, enalteceu o engajamento do Governo em trabalhar na consolidação dos grandes desafios da juventude e referiu que o evento teve o objectivo de empoderar os jovens nos debates construtivos e incentivar a capacidade de reflexão crítica e analítica.

Esteve ausente o Parlamento da Guiné Equatorial.

A Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 45 minutos.

A **Presidente** (Aleina Sousa): — As Deputadas e os Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão do Parlamento Juvenil da CPLP.

Eram 9 horas e 55 minutos.

Estavam presentes as seguintes Delegações:

República Popular de Angola:

Elton Lindaurio dos Santos **da Costa**

Márcia Maria Afonso **António**

Néurio de Carvalho Flor **Pereira**

República Federativa do Brasil

Ana Cecília Penna **Magalhães**

Lucas Brito **Meira**

República de Cabo Verde

Ailine Milene Lopes Vieira **Andrade**

Lucas Miguel Neves **Monteiro**

Tommy Júnior Benholiel Évora **Tomar**

Guiné-Bissau

Leonilde Nezinha Nunes **Correia**

Rogério Alexandre **Oncunho**

República de Moçambique

Lence Málica **Graciano**

Yussara Cardoso **Guevano**

Yzaias Pedro **Uqueio**

República de Portugal

António Pedro Pereira **Pato**

João Miguel Perleques

Maria Madalena **Rodrigues**

República Democrática de São Tomé e Príncipe

Aleina Neto **Sousa**

Alex do Espírito Santo de **Boa Esperança**

Lueje Branco **D'Alva**

República de Timor-Leste

André José Manuel Sarmiento **Paulo**

Denazia da Silva **Pires**

Romário Viegas Francisco **Marçal**

Chamo-me Aleina Sousa, Deputada de São Tomé e Príncipe e fui eleita para presidir à Mesa da sessão plenária do I Parlamento Juvenil da CPLP.

Nesta Mesa, acompanham-me o Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Delfim Neves, a quem desde já dou as boas-vindas, a Vice-Presidente, Maria Rodrigues, Deputada de Portugal, o 1.º Secretário, o Deputado Lucas Monteiro, de Cabo Verde, e a 2.ª Secretária, a Deputada Denazia Silva Pires, de Timor-Leste.

Para uma intervenção, nesta sessão de abertura do Plenário do I Parlamento Juvenil da CPLP, dou a palavra a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, para nos dar o apoio emocional, para que possamos dinamizar o nosso parlamento da melhor forma possível.

O Sr. **Presidente** (Delfim Neves): — «Cara Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP e os restantes membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados à Assembleia Nacional, Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário-Geral da Assembleia Nacional, Sra. Secretária-Geral Adjunta da Conferência dos Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, Sra. Representante da UNICEF, Sr. Director-geral da Juventude da República da Guiné Equatorial, Caras e Caros Deputados do Parlamento Juvenil da CPLP, Caras e Caros

Convidados: É com enorme satisfação que a todos saúdo, na ocasião em que se realiza a 1.^a Reunião Plenária do Parlamento Juvenil da CPLP, acontecimento que demonstra o extraordinário impacto que vem ganhando no seio dos nossos países a aproximação dos cidadãos mais jovens da actividade política, por se reconhecer nela um factor de todo pertinente que incute na política um brilho novo, a esperança de uma nova visão no atendimento das questões que acarreta.

A este respeito, já no encontro realizado em Salvador, República Federativa do Brasil, de 1 a 3 de Dezembro de 2013, os Estados-membros da CPLP reconheceram os jovens como sujeitos de direitos e sujeitos políticos, e assumiram como sua obrigação a promoção dos direitos, das políticas de inclusão, autonomia e emancipação, o desenvolvimento integral e o diálogo inter-geracional como instrumentos para a afirmação dos jovens e dos seus projectos de vida.

Foram igualmente abordados, naquele Fórum, problemas candentes como o desemprego, a precariedade laboral, as condicionantes à formação profissional e ao empreendedorismo jovem, cujas soluções se afiguram como sendo um mecanismo para o crescimento económico e social sustentado das sociedades modernas.

Facilmente se constata que os supracitados problemas atingem maioritariamente os grupos populacionais mais jovens, justificando a posição de extrema vulnerabilidade com que estes se confrontam.

Atenta à situação e convicta de que as evidências, quando não atendidas, ganham contornos de complexidade crescente, o que se torna necessário identificar as suas causas e combatê-las com decisão e coragem, de modo a se evitar eventual alastramento, que poderá conduzir os países da nossa comunidade a situação verdadeiramente desastrosa. Pois é assim que se deve interpretar a premência e firmeza em criar o Parlamento Juvenil, como uma medida indispensável à oportuna participação dos jovens na vida política, transmitindo-lhes os conhecimentos fundamentais sobre a composição e o funcionamento dos parlamentos nacionais, órgãos de soberania que, através do debate, elaboram as leis e fiscalizam as acções do governo.

Devereis, caros jovens Deputados, assumi-la com a importância que a mesma se reveste para a consolidação do regime democrático, objectivo que só ganhará fôlego se puder contar também com o vosso contributo, dignos colaboradores que sois na formação e informação dos cidadãos.

A minha presença aqui hoje, data em que coincidentemente se assinala o 1.^o Aniversário da Constituição da XI Legislatura da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, é para vos garantir que este órgão tudo fará para a manutenção do Parlamento Juvenil, sendo nossa intenção conceder-lhe o apoio necessário ao seu desenvolvimento, pelo distinto trabalho que dele se espera.

Com efeito, quero aproveitar a oportunidade para felicitar a Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe e os Deputados que o compõem, pelo brilhante trabalho que têm vindo a desenvolver. Por isso, não foi nada de extraordinário a eleição desta jovem rapariga ao cargo de Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP, pelas suas qualidades e competências já demonstradas, o que decerto, ao fim deste mandato, o balanço será obviamente satisfatório.

Caras e caros parlamentares, é longo e difícil o caminho para o desenvolvimento conjunto da nossa comunidade, mas nós, as cidadãs e os cidadãos, devemos conjugar os esforços para atingir com êxito os objectivos almejados pela CPLP.

Assim, poderá então surgir, aos olhos das nossas populações e do mundo, uma CPLP melhor, por se mostrar mais destemida e alheia aos fenómenos indesejáveis nas nossas sociedades, tais como: a gravidez precoce, o abandono escolar, a prostituição, a violência doméstica, o trabalho infantil e o consumo de bebidas alcoólicas, este último que influencia sobremaneira a violência no namoro, tema central deste debate parlamentar.

Ao terminar, em nome próprio, no dos meus pares e do povo de São Tomé e Príncipe, que representamos, quero desejar a todos quanto se dignaram em se deslocar dos seus respectivos países para participar neste histórico evento que tanto nos orgulha, por ser o País anfitrião desta 1.^a Sessão Plenária da Juventude da CPLP, que tenham uma boa estadia nas nossas maravilhosas ilhas, sucesso nos trabalhos e um bom regresso aos países de origem.

Quero ainda aproveitar esta sublime ocasião para felicitar e agradecer a todos quanto contribuíram na sua organização, de modo geral, e, em particular, ao Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo de São Tomé e Príncipe e os seus colaboradores, naturalmente, ao Secretariado da Conferência dos Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, às Representantes do PNUD, da UNICEF e do FNUAP, aos Parlamentos Nacionais dos Países da CPLP aqui presentes, aos Deputados da 3.^a e 5.^a Comissões Especializadas Permanentes e aos seus colaboradores, técnicos superiores e consultores, e ao Secretário-Geral da Assembleia Nacional e os seus colaboradores, pela competência demonstrada e pelo árduo trabalho na sua organização.

Quero, mais uma vez, desejar a todos muito bom trabalho e que o Parlamento Juvenil da CPLP venha, e veio, para ficar, e estamos aqui para ajudar.»

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Delfim Neves.

Passo a palavra novamente a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Não quero tirar protagonismo à Presidente da Mesa, que está a presidir a sessão. No entanto, quero, com estas breves palavras, declarar aberta a vossa sessão e pedir-vos alguns minutos de intervalo, para que possamos dirigir-nos à sala destinada ao Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe, que iremos inaugurar com a vossa presença aqui hoje, portanto, que nos honra.

A **Presidente**: — Antes de mais, gostaríamos de agradecer o convite, porque nos sentimos muito honrados em inaugurar a Sala do Parlamento Infanto-Juvenil. Em meu nome pessoal, como Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe, gostaria de dizer que foi uma conquista para nós deste Parlamento e que demos um passo muito grande.

Fico muito feliz porque o Parlamento Infanto-Juvenil é onde se dá voz às crianças de São Tomé e Príncipe, é um espaço onde todas as crianças, de todos os pontos, conseguem, pelo menos uma vez na vida, exprimir aquilo que necessariamente querem que se implemente no seu país.

Então, é uma honra para mim, tanto fazer parte da delegação que inaugura a sala, como também fazer parte do próprio Parlamento.

Vamos fazer uma interrupção de 15 minutos, para proceder à abertura da Sala do Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe.

Eram 10 horas e 5 minutos.

A **Presidente**: — Declaro reaberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Caras e caros colegas Deputados, Sua Excelência o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sua Excelência o Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Sua Excelência o Secretário-Geral da Assembleia Nacional, Excelentíssimos Srs. Representantes das Missões Diplomáticas dos Países-membros da CPLP em São Tomé e Príncipe, Excelentíssima Sra. Diretora do Instituto da Juventude, Excelentíssima Sra. Vice-Presidente do Instituto Português de Juventude e Secretária-Geral Adjunta da Conferência dos Ministros da CPLP, Excelentíssimas e Excelentíssimos Representantes da UNICEF, do PNUD e do FNUAP, Excelentíssimo Sr. Presidente do Fórum da Juventude da CPLP, Excelentíssimo Sr. Presidente do Conselho Nacional da Juventude de São Tomé e Príncipe, Distintos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Nesta sessão plenária, estamos presentes 22 Deputados Juvenis, que representam oito dos nove Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Tendo em conta que hoje temos a presença da delegação da Guiné-Bissau, vamos proceder à leitura do relatório e parecer de verificação de mandato do Parlamento Juvenil da CPLP.

Peço ao 1.º Secretário que proceda à leitura do relatório.

O 1.º **Secretário** (Lucas Monteiro): — Um bom dia a todos.

«Relatório e Parecer de Verificação de Mandatos do Parlamento Juvenil da CPLP.

Introdução.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de 2019, pelas 8 horas, nas instalações da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, reuniu-se a Comissão de Verificação de Mandatos do Parlamento Juvenil da CPLP.

A Comissão, constituída por três elementos, um presidente e dois vogais, é presidida pelo Produtor Executivo do I Parlamento Juvenil da CPLP, Dr. Carlos Neves, tendo como vogais a Coordenadora para a Juventude da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, Dra. Miriam Madre Deus, e o Técnico Superior do Instituto Português do Desporto e Juventude, Dr. Miguel Martins.

Constatações.

Após a verificação das fichas de participantes como Deputados juvenis da Guiné-Bissau e respectiva documentação de identificação pessoal obrigatória, a Comissão constatou a regularidade formal da atribuição de mandatos aos seguintes Deputados juvenis oriundos da Guiné-Bissau:

1. Leonilde Correia, nascida a 10 de Novembro de 2003;
2. Rogério Oncunho, nascido a 24 de Agosto de 2002.

Parecer.

A Comissão de Verificação de Mandatos do Parlamento Juvenil CPLP é de parecer, por unanimidade, que devem ser considerados como verificados e válidos os mandatos de todos os Deputados juvenis aqui elencados.

A Comissão, São Tomé, aos 22 de Novembro de 2019.

O Presidente, Carlos Neves.

A Vogal, Miriam Madre Deus.

O Vogal, Miguel Martins.»

A Presidente: — Muito obrigada, Sr. Secretário.

Antes de prosseguir a sessão, gostaria de reforçar, com o número 4 do artigo 29.º do Regimento, que o uso de telemóvel pelos Deputados deve ser limitado à pesquisa no âmbito do debate e também que os que estão presentes não podem interferir, além dos Deputados. Quer dizer que os guias, os presentes cá, não devem interferir nas decisões dos Deputados de cada delegação.

Nesse momento, cada delegação vai proceder a uma breve apresentação e, como o nosso parlamento está por alfabética, então, primeiro serão os de Angola.

Tem a palavra o Líder Parlamentar de Angola.

O Deputado Néurio Pereira (Angola): — Excelência, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares; Excelência, Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo de São Tomé e Príncipe; Excelências, Deputadas e Deputados, minhas senhoras e meus senhores: Quero, em nome do Ministério da Juventude e Desporto de Angola, saudar a todos os presentes.

Ontem, na Comissão Especializada do Parlamento Juvenil, ganhamos tempo analisando as propostas de todos os países, todas as propostas foram interessantes, deu para conhecer um pouco dos problemas da juventude de todos os países; ganhamos tempo pensando sobre o que precisa ser feito já, o que precisa ser feito agora, conhecemos os planos para o futuro, o futuro é hoje e agora!

Angola apresentou várias medidas de recomendação. Defendemos que é necessário a criação de zonas de lazer, «zangos comunitários» nas zonas urbanas e rurais, para que haja encontro entre os jovens, onde possam ser debatidos temas relacionados a prevenção de namoros juvenil, espaços onde desenvolveremos actividades recreativas, culturais e patrióticas.

Nós acreditamos que umas das formas de prevenir a violência no namoro juvenil é incentivar o amor, a fraternidade, através da música, da poesia e do teatro. Em Angola diz-se que a música é terapia.

Numa altura, hoje 22 de Novembro, em que Angola comemora o dia do educador, quero aqui parabenizar a todos os educadores sociais, que muito tem feito para prevenir a violência no namoro juvenil.

Nga sakidila!

Tua pandula!

Muito obrigado!

Aplausos gerais.

A Presidente: — Muito obrigada, Deputado angolano.

Agora dou a palavra ao porta-voz do Brasil.

O Deputado Lucas Meira (Brasil): — Um bom dia a todos os presentes.

Gostaria de, primeiramente, saudar a Mesa, em nome da Presidente Aleina Sousa, as autoridades presentes e a todas e todos Deputados presentes.

Gostaria também de dar as boas-vindas a Guiné-Bissau, que só hoje pode estar connosco. É um prazer tê-los aqui.

Gostaria, primeiro, de falar da alegria de podermos iniciar a sessão plenária de hoje. Ontem, como membro da Comissão Especializada, tive a oportunidade de ver as propostas e as medidas de todos os países.

Encantou-me muito conhecer a realidade, os pontos que precisam ser melhorados, que foram apresentados por cada delegação, e quero dizer aqui que escolhemos a dedo, com muito esforço, cada medida que irá ser apresentada aqui, às 14 horas. Esperamos, em nome da delegação brasileira, no meu nome, no nome da Deputada Ana Cecília, um bom senso de todos vocês, para que possamos escolher as dez medidas que mais irão beneficiar a juventude de todos os nossos países da CPLP.

A demais, lembro a todos vocês a responsabilidade que temos aqui de escolher essas medidas. Temos o poder, sim, de desenvolver políticas públicas, junto aos nossos países, que visem melhorar a situação do tema proposto “violência no namoro”, a importância de se cuidar da juventude, de se conscientizar os jovens desde cedo, evitando problemas posteriores, como violência doméstica, que tanto assola e que está tão presente, mais do que a gente imagina.

Lembro a todos que precisamos, mais do que olhar para os que estão do nosso lado, principalmente, saber e ter a consciência de ser a voz daqueles que a gente não conhece o rosto, daqueles que a gente não conhece o nome, que são a maioria.

Aqui as pessoas que estão ao nosso redor, que estão ao nosso lado, não são a maioria. Aquelas que a gente não conhece representam a maior parte do povo, da população e da juventude dos nossos países e, muitas vezes, principalmente no contexto da violência no namoro, são aquelas que não têm voz, não têm espaço para falar e que, muitas vezes, desconhecem a sua situação. Daí a importância de a gente olhar para essas pessoas.

Gostaria de agradecer a todos pelo apoio, contem connosco, e que tenhamos um bom dia, uma boa sessão plenária.

Obrigado!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado brasileiro.
Em seguida, dou a palavra à porta-voz de Cabo Verde.

A **Deputada Ailine Andrade** (Cabo Verde): — Muito bom dia, Caras e Caros Colegas Deputados. Parabéns à Mesa e a todos os presentes.

Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Sua Excelência o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores aqui presentes: Para começar, gostaria de ler algo que eu escrevi.

«Primeiro o amor,
Depois a dor.
Diz que me ama,
Que não me pode perder.
Depois começa a ferver,
Acabando por me bater,
Insultando-me e
Humilhando-me.
Ciúmes e perseguições,
Em tudo complicações
Possíveis traições,
É isto o dito amor?
Humilhação e paixão
rimam,
Mas amor e violência não combinam.
A paixão é um sentimento feliz e positivo,
Superior à ira e à raiva,
Mas a agressão é um sentimento negativo,
Que limita o ser humano à sua condição de animal.
Amar e agredir não são verbos da mesma conjugação.
De que nos vale namorar com alguém a quem não damos valor?
De que nos vale dizermos que amamos alguém a quem provocamos dor?
De que nos vale quereremos o bem de alguém, quando somos o seu pior mal?
De que nos vale pedir desculpa, quando voltamos a fazer tudo igual?
Dizem que quem cala consente,
Por isso ele/ela que se aguente.
O amor é cego,
Que arranjam óculos ou uns binóculos.
Aconselhem.
Amor é fogo que arde sem se ver,
Mas quando nos faz sofrer,
Mais vale chamar um bombeiro para o problema resolver.
Somos todos diferentes,
O nosso namorado, a nossa namorada não é igual a nós,
Mas tenham lá paciência,
Pois quando as coisas partem para a violência,
O fim é o melhor.
Quem ama protege, não destrói.
Incoerência é agredir a pessoa que dizemos amar.»

Pois vejamos, a invisibilidade social, académica e o esforço político para regular e prevenir o fenómeno da violência no namoro, nas suas múltiplas facetas, género, sexo, etc. etc., são atualmente uma realidade.

A violência no namoro ainda continua sendo um fenómeno complexo, atravessando por diversos processos difusos, que potenciam a sua invisibilidade.

Hoje, aqui, será debatida as melhores medidas, que ontem foram apresentadas por cada delegação, que serão implementadas num futuro bem próximo. Com certeza, as medidas que serão implementadas mudarão o nosso futuro e a realidade. Nós estamos prontos para tal e a prova disso é estarmos aqui presentes a discutir cada uma das propostas.

A prevenção da violência no namoro é o que mais nos trouxe aqui, pois quando acontece uma relação de namoro, esperamos que seja uma relação saudável. Mas quando isso não acontece, o melhor mesmo é terminar, pois nós somos jovens, temos o poder de mudar isso, temos o poder de decisão e juntos seremos mais fortes no combate à violência no namoro.

Para terminar, gostaria de desejar as boas-vindas à delegação que chegou hoje.

Um bom dia de trabalho a todos os presentes.

Obrigada!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputada de Cabo Verde. Ficamos muito felizes com as suas sábias palavras, que tocaram a todos, principalmente eu.

Então, vamos prosseguir.

Em seguida, dou a palavra ao porta-voz da Guiné-Bissau, que desde já dou boas-vindas.

O **Deputado Rogério Oncunho** (Guiné-Bissau): — Muito obrigado a todos, pela contribuição.

Sou Rogério Alexandre Oncunho, Deputado e 2.º Vice-Presidente do Parlamento Nacional Infantil de Guiné-Bissau.

Começo por cumprimentar os meus colegas Deputados e todos os presentes neste I Parlamento Juvenil da CPLP, saudar particularmente os nossos irmãos anfitriões de São Tomé e Príncipe, pela calorosa recepção, e agradecer todo o esforço do Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo e todos os parceiros que contribuíram para a materialização desta iniciativa.

Aproveito, em nome da Guiné-Bissau, para felicitar a Presidente do Parlamento Juvenil, eleita ontem, a menina Aleina Sousa, e garantir-lhe o nosso total apoio nesta nobre missão.

O Parlamento Infantil da Guiné-Bissau é uma organização composta por 102 crianças, oriundas de todas as regiões que compõem a Guiné-Bissau, criado em 1996, para dar voz às crianças. É um espaço de formação, intercâmbio, debate de ideias, reflexões sobre os Direitos da Criança, sobretudo um espaço de advocacia, que permite às crianças serem vistas e ouvidas, dentro dos padrões da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

A eleição destes 102 membros é feita nas escolas, numa forma livre e democrática. O Parlamento Infantil da Guiné-Bissau ensina também a democracia aos mais novos, todos os elementos são eleitos nas escolas pelos seus colegas.

Na 1.ª Sessão de cada Legislatura, faz-se a eleição da Mesa da Assembleia, que também decorre numa forma livre e com direitos iguais de elegerem e serem eleitos para todos os Deputados.

O nosso Parlamento Infantil tem a sua sede a funcionar na Assembleia Nacional Popular e está inscrito no orçamento da Assembleia, com um valor simbólico para o funcionamento do escritório.

Caros colegas e distintos convidados, nós chegamos atrasados e perdemos a oportunidade de participar na tomada de decisões importantes para a vida do nosso Parlamento, mas o nosso atraso deveu-se ao facto de o nosso país estar neste momento no processo eleitoral mais importante na história da nossa democracia, portanto, toda a atenção está virada para este processo.

Na Guiné-Bissau, como em muitos países africanos, conseguir meios para eventos da juventude é preciso uma luta constante e persistente. Sem o apoio da UNICEF, conseguimos, por intermédio do Presidente da Assembleia Nacional Popular, um apoio que permitiu a nossa participação, mas mesmo sabendo que iríamos chegar atrasados e que íamos dar volta ao mundo para chegar ontem à noite e assistir o evento só no último dia, estamos aqui por uma razão muito simples, estamos profundamente comprometidos com esta causa, que é a luta pela emancipação da juventude.

O tema escolhido para o Parlamento Juvenil deste ano é muito importante, na verdade, mas nós gostaríamos de aproveitar para chamar atenção sobre um assunto juvenil e de crianças muito global e transversal para todos os países da CPLP, que é a questão da pobreza infantil, ou seja, pobreza nas pessoas com menos de 18 anos.

Em Portugal, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística relativo a 2017, o risco da pobreza entre as crianças e jovens até 18 anos era de 19%, o que, num universo de 1 729 675 menores, representa perto de 330 000 crianças.

Trouxe esses dados de Portugal porque, entre os países da CPLP, é o país mais desenvolvido. Mas podemos ir ao Brasil, com um índice de pobreza extrema muito elevada sobre as crianças; Cabo Verde, com problemas de crianças em conflito com a lei; falar sobre Guiné-Bissau e Angola lembra-nos as altas taxas de mortalidade infantil que é das mais elevadas no mundo; Moçambique e São Tomé e Príncipe, com nível muito elevado de trabalho infantil.

Muito obrigado a todos pela atenção!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado da Guiné-Bissau.

Gostaria de dizer que só demos um tempo extenso à Guiné-Bissau, porque não participaram ontem e era normal que estendesse mais um bocado, mas seremos totalmente rigorosos em questão de tempo. Assim, tentem ser mais precisos, prévios e directos.

Tem a palavra o porta-voz de Moçambique.

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Bom dia a todos e a todas!

Vozes: — Bom dia!

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Bom dia a todos e a todas.

Vozes: — Bom dia!

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Bom dia a todos e a todas.

Vozes: — Bom dia!

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Ainda está fraco!

Vozes: — Bom dia!

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Agora será para todos os homens.
Bom dia a todos.

Vozes: — Bom dia!

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Está fraco.

Agora será para as mulheres.

Bom dia a todas!

Vozes: — Bom dia!

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Fico com as mulheres.

Espero, com o nosso exemplo, que tenham tido um bom descanso.

Com a permissão da Presidente, passo desde já a fazer a apresentação do meu discurso.

«Ontem tivemos a nobre oportunidade de inaugurar uma nova etapa na história da CPLP, com o início desta efeméride. Vamos entrar na história, como aqueles que aprovaram o Regimento do I Parlamento Juvenil, ao nível da nossa comunidade.

Este acto histórico demonstra a seriedade dos nossos Governos na promoção de fóruns que incentivam a participação dos jovens nos centros de tomadas de decisão.

Sentimos satisfação, o pulsar e o comprometimento de cada jovem Deputado aqui presente, na discussão apaixonada dos assuntos que lhes dizem respeito.

A nossa expectativa é que, findo este exercício, tendo em conta a diversidade sociocultural que nos caracteriza, possamos aprovar um regimento e uma declaração que vão verdadeiramente ao centro das aspirações dos jovens dos nossos países.

Reiteramos que este exercício só terá mérito se o que decidirmos tiver um impacto positivo sobre aqueles que representamos aqui, a juventude dos nossos países.

Que a necessidade do bem-estar dos jovens da CPLP se sobreponha às nossas convicções individuais.»

É com essas palavras que eu coloco um ponto final na minha intervenção.

Muito obrigado!

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado de Moçambique. Sempre trazendo ao nosso Parlamento a sua dinâmica e a animação necessária para o Parlamento.

Em seguida, passo a palavra ao porta-voz de Portugal.

O **Deputado António Pato** (Portugal): — Ora então, muito bom dia a todos.

Queria só começar por cumprimentar a todas as entidades presentes, aos membros do Governo de São Tomé e Príncipe, na pessoa do Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, restantes parlamentares da Assembleia, Srs. Deputados, restantes individualidades envolvidas e permitam-me que faça um cumprimento especial à Mesa recém-eleita. Para nós, é um orgulho podermos ter uma Mesa assim composta, tão jovem e com tanta adrenalina, com tanta pujança, com tanta esperança.

Aqui deix mesmo um cumprimento especial a todos os Deputados, que ontem fizeram um trabalho excelente. 22 Deputados de sete países diferentes, hoje com a Guiné-Bissau, que também saúdo agora, produziram um trabalho incrível. Elegemos uma Mesa espectacular, 14 medidas serão discutidas, para resolver o tema da violência no namoro, e sobretudo que partilham experiências e criam este ambiente e esta pujança dos jovens da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Para isso, peço uma salva de palmas para todos nós, pelo trabalho feito ontem.

Aplausos gerais.

Precisamente, irei então falar um pouco do tema que hoje tratamos aqui. A delegação de Portugal trouxe um conjunto de medidas, que ontem foram discutidas em Comissão Especial e no conjunto dos trabalhos que decorreram durante o dia inteiro.

Nós apostamos sobretudo, é a nossa crença e também ontem falamos às delegações sobre isso, na prevenção, na formação dos jovens e na sensibilização, sobretudo para isso.

É muito complicado, às vezes, conjugar as medidas, uma vez que as realidades dos países são todas muito diferentes. Aquilo que se passa em Portugal não é de longe diferente ou igual ao que se passa noutros países e, portanto, tem-se que conseguir congregar e conjugar um conjunto de interesses que de facto merecem atenção, merecem o nosso contributo e também é por isso que estamos aqui.

Quero dizer ainda que nós, a delegação de Portugal, temos um orgulho imenso de ver um Parlamento Juvenil da CPLP a funcionar à maneira portuguesa. Nós, em Portugal, temos um parlamento jovem há quase 15 ou 20 anos e realmente para nós é um orgulho e enche-nos o coração poder vir aqui e poder ver uma sessão que nos é tão familiar, que nos é tão próxima, que é cheia de motivação, que é cheia de espírito, que é cheia de força. Para nós é mesmo muito importante.

Desejamos ainda a todos um bom trabalho e que hoje se proporcione um ambiente que nos possa fazer realmente pensar sobre o tema, nos faça escolher as melhores medidas e que nos faça criar, neste universo, sobretudo da CPLP, um projecto de recomendação que realmente valha a pena apresentar aos governos, aos Srs. Ministros aqui de São Tomé e Príncipe e nos outros países também e realmente mostrar que a força dos jovens é maior e que temos poder, temos força.

Ontem, alguém disse aqui que «somos as sementes do presente, seremos as folhas do futuro». É o que realmente estamos a fazer.

Por fim, agradeço também a toda a delegação e a toda a organização que nos recebeu aqui em São Tomé e Príncipe, por todo o trabalho, por todo o carinho, por todo o apoio que nos tem dado.

Estamos alojados aqui em São Tomé, temos tido experiências incríveis e para nós é muito bom visitar países assim e ver sobretudo essa pujança, esta força dos jovens e este país, que nos é tão querido.

Um bom trabalho a todos!

Muito obrigado!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — A seguir, passo a palavra à porta-voz de São Tomé e Príncipe.

A **Deputada Lueje D'Alva** (São Tomé e Príncipe): — Bom dia a todos!

Vozes: — Bom dia!

A **Deputada Lueje D'Alva** (São Tomé e Príncipe): — Em São Tomé e Príncipe, o namoro jovem ainda é um tabu. Esse pouco à vontade em discutir e debater esses problemas que afectam tanto os jovens, não só os são-tomenses, mas também de outros países, como podemos cá ver, embora os diferentes contextos culturais, cria problemas e consequências, como a falta de preparação física, psicológica, familiar e até de políticas de valorização pessoal, em matérias e competências para a vida, problemas como a gravidez precoce e a que hoje nós debatemos aqui, a violência no namoro.

Hoje assumimos a responsabilidade de usarmos as nossas vozes para fazer face a este problema que afecta os jovens de todos os continentes. Como aqui podemos ver, temos quatro continentes aqui reunidos, sete países, e o resultado só poderia ser mágico. Então, bem sei que daqui sairão medidas pertinentes e capazes de solucionar esta problemática.

Gosto de pensar que nós jovens, neste momento, o que estamos a fazer vai contribuir positivamente para a vida de milhares de jovens. Assim, não poderia estar mais honrada de partilhar este momento com vocês, colegas Deputados.

Só me resta assim desejar um bom dia de trabalho a todos.
Obrigada!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Obrigada, Deputada São Tomé e Príncipe!
De seguida, passo a palavra ao Deputado de Timor-Leste.

O **Deputado André Paulo** (Timor-Leste): — Bom dia!

Vozes: — Bom dia!

O **Deputado André Paulo** (Timor-Leste): — A delegação de Timor-Leste sente orgulho por estar a participar nesta Assembleia, reunidos connosco delegados de outros países da CPLP, com o mesmo objectivo e a mesma intenção, no sentido de procurar formas possíveis para encontrar soluções dos problemas que afectam a vida e o futuro dos jovens.

Assim, a delegação de Timor-Leste apresentou o projecto de recomendação com duas medidas, das quais uma delas foi aprovada na Comissão Especializada.

Nós achamos que, para evitar acções de violência no namoro, deve haver reconciliação de consciências entre os parceiros, rapazes e raparigas.

Distintos Deputados, colocamos esta medida, tendo em consideração dos seguintes pontos:

Primeiro, rapazes e raparigas são os protagonistas do namoro.

Segundo, entendimento entre ambas as partes, rapazes e raparigas.

Terceiro, saber distinguir os aspectos positivos e negativos no namoro.

Quarto, saber as consequências dos aspectos negativos no namoro.

Quinto, papel da família, ou seja, dos pais.

Sexto, papel das confissões religiosas.

Sétimo, papel da sociedade civil.

Oitavo, papel da media.

Nono, papel do governo e, neste sentido, os Ministérios da Educação, Saúde, da Justiça, dos Transportes e Comunicação, entre outros.

Desta forma, a delegação de Timor-Leste espera que os Srs. Deputados considerem esta medida, para ser incluída como uma das recomendações finais.

Para terminar, quero dizer a todos vós que estamos disponíveis para prestar mais esclarecimentos, caso houver perguntas.

Obrigado pela vossa atenção e bom trabalho para todos!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Caras e caros Deputados, vamos fazer uma interrupção para o *coffee break* e, de seguida, teremos a discussão das medidas.

Eram 11 horas.

A **Presidente**: — Caras e caros Deputados, declaro reaberta a sessão.

Eram 11 horas e 25 minutos.

Caros Deputados, vamos entrar na segunda parte da nossa sessão plenária, o período de debate e votação das recomendações sobre o tema «violência no namoro».

Chegamos a esta sessão plenária com 14 medidas no projecto de recomendação, que foram ontem debatidas na Comissão Especializada.

Isto significa que teremos agora de seleccionar as 10 melhores, que vão constituir a nossa recomendação final para a Conferência dos Ministros da Juventude e Desporto da CPLP.

Foi distribuído um documento que contém as medidas aprovadas na Comissão Especializada. Como é natural, há medidas com conteúdos semelhantes no contexto e vamos discuti-las. Estas foram ordenadas de forma a facilitar a nossa apreciação.

Peço a todos os Deputados que tenham em conta que este Plenário vai tomar as decisões que representam um conjunto de países presentes no Parlamento Juvenil e, por isso, devem analisar, com objectividade, as medidas, para podermos decidir quais das 10 medidas devem ficar na nossa recomendação final.

O processo previsto no Regimento é o de apresentar propostas de eliminação, isto é, discutir as medidas que acham que devem ser retiradas. Cada proposta de eliminação deve ser subscrita, no mínimo, por seis

Deputados. Não pode haver alteração da recomendação. Peço a vossa atenção, pois vou passar a explicar como vai acontecer o debate.

Cada proposta de eliminação tem que ser assinada ou subscrita por seis Deputados.

Irei pedir a cada porta-voz que venha à Mesa levantar os impressos, onde devem ser apresentadas as propostas.

Pausa.

Irei pedir aos porta-vozes, todos já têm os seus impressos, e iremos agora interromper por 15 minutos, para que possam fazer os trabalhos em conjunto. Antes de mais, vou pedir à Vice-Presidente para que explique o processo que vamos fazer para a eliminação das propostas.

A **Vice-Presidente** (Maria Rodrigues): — Muito obrigada, Presidente, pela palavra.

Passo então a explicar como poderão realizar as propostas de eliminação de cada uma das medidas. Então, basta indicarem o número da medida que pretendem eliminar e escreverem os nomes dos Deputados que subscrevem a eliminação dessas medidas. Relembro que tem que ser no mínimo seis Deputados, para que seja aprovada.

Peço-vos também que assinalem com uma cruz o Deputado que irá argumentar a favor da eliminação da medida.

Depois de a Mesa ordenar as propostas de eliminação, iremos proceder a duas rondas: na primeira ronda, um Deputado irá argumentar a favor da proposta de eliminação e outro Deputado, contra essa eliminação.

Com essa primeira ronda, pretende-se que todos os Deputados conheçam os argumentos a favor e contra da eliminação, para que possamos aprovar o projecto.

Na segunda ronda, para relembrar os argumentos, tanto a favor como contra, iremos novamente pedir a um deputado, diferente daquele que argumentou na primeira ronda, para fazer então a sua intervenção a favor e, novamente, outro contra.

Se vários Deputados levantarem o braço, cabe à Mesa decidir aquele que levantou primeiro e será esse então que irá fazer a intervenção.

Se no final dessa fase a recomendação tiver mais que 10 medidas, teremos que proceder à votação de todas as medidas do projecto, e só serão aprovadas as 10 mais votadas.

A Mesa irá procurar garantir a alternância entre os Deputados, para que todos possam intervir.

Passo então a palavra à Presidente.

Obrigada!

A **Presidente**: — Muito obrigada, Vice-Presidente.
Está tudo entendido?

Vozes: — Sim!

A **Presidente**: — Então, declaro a sessão suspensa.

Eram 11 horas e 25 minutos.

A **Presidente**: — Caras e caros Deputados, declaro reaberta a sessão.

Eram 11 horas e 55 minutos.

Recordo-vos que devem assinalar com uma cruz o nome do Deputado que virá explicar, em nome do seu grupo.

Peço aos Deputados que ainda não entregaram as suas propostas que façam chegar à Mesa.

Pausa.

Caras e caros Deputados, deram entrada na Mesa seis propostas de eliminação, vou anunciá-las, e peço-vos que anotem as medidas que têm propostas de eliminação.

A primeira é a proposta de eliminação da medida n.º 7, foi apresentada pelos Deputados das delegações de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Portugal.

A segunda é a proposta de eliminação da medida n.º 3, foi apresentada pelos Deputados das delegações de Angola, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Brasil.

A terceira é a proposta de eliminação da medida n.º 9, foi apresentada pelos Deputados das delegações do Brasil, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A quarta é a proposta de eliminação da medida n.º 11, foi apresentada pelos Deputados das delegações de Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

A quinta é a proposta de eliminação da medida n.º 13, foi apresentada pelos Deputados das delegações de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Brasil.

Na sexta proposta, houve duas propostas de eliminação da medida n.º 14. Visto que houve duas propostas para a mesma medida, vamos dar oportunidade para que as duas delegações possam defender, uma na primeira ronda e outra na segunda.

Como devem ter verificado, há oito medidas que não tiveram qualquer proposta de eliminação, nomeadamente as medidas n.ºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10 e 12. Isto significa que reúnem consenso e estão em condições de ficar no texto final.

Lembro a todos que estão na primeira ronda do debate, que deve haver argumentos a favor e contra sobre cada proposta de eliminação. É importante que todos estejam atentos e tomem notas.

Antes de dar a palavra, a Mesa irá ler essas medidas.

Peço ao 1.º Secretário que proceda à leitura dessas medidas.

O **1.º Secretário** (Lucas Monteiro): — Deputados e Deputadas, passo a ler à Medida n.º 3: «Ampliação de abrangência da lei com as medidas de coação específica para jovens infractores em crime ligado à violência no namoro.

Reforço das legislações nos países da CPLP e criminalização da violência no namoro em países em que isto ainda não acontece.»

Medida n.º 7:

«Realizar palestras de sensibilização nas escolas e comunidades e debates radiofónicos sobre a violência no namoro, capacitando os jovens para o reconhecimento de situações íntimas abusivas.»

Medida n.º 9:

«Criar programas de educação, prevenção da violência e o incentivo ao amor, à solidariedade e fraternidade juvenil, através do teatro, música e da poesia.»

Medida n.º 11:

«Criar uma cartilha didática indutiva em português, a qual abordará as características, o relacionamento abusivo e poderá, por meio do acordo e tratado, ser divulgado através da plataforma *on-line* da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e dos Ministérios correspondentes à temática.

O objectivo é que esta seja utilizada pelas escolas e diversos grupos sociais.»

Medida n.º 13:

«Reconciliação de consciência entre parceiros, para minimizar acções de violência no namoro. Os parceiros devem entender um ao outro e devem saber distinguir os aspectos positivos e negativos do namoro.»

Medida n.º 14:

«Desenvolver competências para gerir uma situação de violência pelo parceiro, informar acerca do direito a não violação.»

A **Presidente**: — Vou dar a palavra a um dos subscritores da proposta de eliminação da medida n.º 3.

Tem palavra o Deputado Romário Marçal.

O **Deputado Romário Marçal** (Timor-Leste): — Presidente, de acordo com a medida n.º 3, sentimos que este tema é sobre uma contagem mais confiável, específica a mulheres e homens. Muitas pessoas podem estar envolvidas nesse relacionamento, porque nesta relação está procurando amor entre duas pessoas. Então, pensamos em expandir a lei da violência em cortesia. Impossível, porque esse problema, principalmente, é antigo.

Pretendemos saber quais as leis adaptadas em cada Nação, não é muito usado de acordo com o tema de violência no namoro, porque essa relação em específico. Até as famílias das vítimas não conseguiriam saber se foram as suas crianças que tiveram a relação de namorados.

Deve ter uma pena, mas não é preciso ampliar muito.

Obrigado!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado Romário.

Alguém que queira manifestar contra a proposta, levante o braço.

Tem a palavra o Deputado Néurio Pereira.

O **Deputado Néurio Pereira** (Angola): — Presidente, voto contra a eliminação desta medida, porque é necessário que se elabore uma lei que criminalize os tipos de violência no namoro, bem como as formas de motivação, porque as pessoas que sofrem agressão no namoro não se sentem livres para denunciar. Então,

é necessário que se abranja a lei com medidas de coação específicas em crimes ligados à violência no namoro, lembrando que é um crime de domínio público. Qualquer cidadão está livre para o denunciar.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem palavra o Deputado Tommy Tomar.

O **Deputado Tommy Tomar** (Cabo Verde): — Presidente, muito obrigada pela palavra, bom dia a todas as entidades aqui presentes.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer a São Tomé e Príncipe e a todos, por nos ter recebido de uma forma calorosa e hospitaleira, e ainda dizer que é uma honra estar aqui na realização do I Parlamento Juvenil da CPLP a representar o meu país, orgulhosamente.

Estamos aqui todos pela mesma causa e pelos mesmos objectivos, para apresentar medidas que possam futuramente contribuir na luta contra a violência no namoro e erradicar este problema, cortá-lo de raiz.

A minha intervenção consiste no sentido de diminuição da violência no namoro, o que pressupõe necessariamente investimentos concertados a nível da política pública, nomeadamente em matéria de educação e saúde, bem como a nível da sociedade.

A meu ver e de todos os Deputados que assinaram pela eliminação da medida n.º 7, vimos que esta medida é semelhante à segunda medida, só que a medida n.º 7 está incompleta. A n.º 2 está mais completa, abrangente e contextualizada. A medida n.º 2 diz que se deve desenvolver campanhas de sensibilização nos diferentes meios, onde se encontrem jovens, é isso que falta na medida n.º 7. Por isso, a apresentamos.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Obrigada, Deputado de Cabo Verde.

Cada Deputado só tem direito a 1,5 minutos. Mesmo que haja várias propostas de eliminação sobre a mesma medida, nesta ronda só se vai ouvir um Deputado com argumento a favor e outro contra. Há alguém que queira pronunciar-se contra?

Tem a palavra a Deputada Yussara Guevano.

A **Deputada Yussara Guevano** (Moçambique): — Presidente, não acho semelhante à medida n.º 2, porque se está a falar de campanhas de sensibilização e na medida n.º 7, palestra de sensibilização. No mínimo, devíamos conciliar estas duas ideias e formar uma única medida.

A **Presidente**: — Gostaria de lembrar que as medidas não podem ser alteradas, mas sim eliminadas.

A **Deputada Yussara Guevano** (Moçambique): — Neste caso, deve manter-se assim.

A **Presidente**: — Passamos agora à medida n.º 9.

Peço ao Deputado do Brasil que faça a sua intervenção.

O **Deputado Lucas Meira** (Brasil): — Obrigada, Presidente, pelo espaço.

Ao ler a medida n.º 9, constamos que ela tinha muita semelhança com outras medidas, em busca da pluralidade das diferenças entre 10 medidas finais e optamos por eliminá-la. Especificamente, registo a semelhança com a medida n.º 8. Trata-se de criar locais apropriados nas zonas urbanas. Para instrução, acho que isso pode ser feito mediante o teatro, a música e a poesia. Noutra ponta, a gente tem que ter um olhar muito consciente, quanto à viabilidade das medidas. Não adianta propor medidas boas. No caso desta, a essência é ótima, mas vai ter uma difícil implementação. Muitas vezes uma medida básica, uma criação de uma página, de um anúncio, de uma propaganda no site da CPLP, se efectivada, pode ser mais construtiva do que uma medida que vai ficar no papel. Então, devemos usar a consciência.

No Parlamento Juvenil da Mercosul, a gente teve essa oportunidade de propor algumas medidas para cidadania, entre outros assuntos. No final, a gente teve que ter essa consciência.

Estamos entregando uma carta importante aos ministros. Nós sabemos as condições dos nossos países e da viabilidade de serem feitas. Então, passo essa consciência ou este pensamento a todos vocês.

Obrigado!

A **Presidente** (Aleina Sousa): — Muito obrigada, Deputado.

Alguém quer se pronunciar contra?

Tem a palavra o Deputado de Portugal, João Perleques.

O **Deputado João Perleques** (Portugal): — Presidente, gostaria de cumprimentar a todos os presentes e saudar estas iniciativas que reúnem jovens, para debater problemáticas da sociedade actual.

Considero que esta medida é importante. Ao contrário do que o Deputado do Brasil referiu, penso que seja bastante eficaz. Veja-se, por exemplo, as actividades lúdicas são utilizadas em prisões e em acções com jovens problemáticos, portanto têm uma certa credibilidade. Tudo que seja desenvolver uma actividade que implique um trabalho intelectual passa a ser positivo. Por isso defendo esta medida.

Obrigado!

A **Presidente**: — Vamos passar à proposta de eliminação n.º 11.

Peço ao Deputado João Perleques que faça a sua intervenção.

O **Deputado João Perleques** (Portugal): — Nós propomos eliminar a medida n.º 11, não por termos alguma coisa contra, mas por considerarmos que ela está inerente na medida n.º 12, porque para se fazer a criação de um *site*, tem-se que se fazer a criação de uma cartilha e, no tempo que corre, nos dias de hoje, a informática e tudo que tenha a ver com computadores e *sites* vemos como coisas mais eficazes.

Portanto, achamos que a medida n.º 12 é mais efectiva que a medida n.º 11.

A **Presidente**: — Há alguém que se pronuncie contra?

O **Deputado Lucas Meira** (Brasil): — Presidente, acho que está muito claro que há diferença entre a medida n.º 11 e a 12. Uma cartilha didáctica intuitiva é muito diferente de uma plataforma digital ou mesmo um aplicativo. Um *site* também é muito diferente, a divulgação entre os Ministérios correspondentes, no caso, os que tratam da temática da violência no namoro. No Brasil, por exemplo, essa divulgação poderia ser feita pelo Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos ou mesmo pelo Ministério da Cidadania e, nos países aqui representados, pelos seus Ministérios correspondentes.

A gente acha que a criação de uma cartilha didáctica intuitiva é importante, porque é uma medida simples e pode chegar a todos, pela divulgação pelo *site* da CPLP, que está aí para divulgar coisas importantes e também as que serão decididas aqui e, pelos ministérios, pela função que têm de divulgar temas sociais como esse.

A cartilha didáctica intuitiva veio como ideia, porque ela esta baseada noutra cartilha que tivemos conhecimento, que trata da violência doméstica. O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios elaborou uma cartilha semelhante, que foi divulgada no Distrito Federal...

A **Presidente**: — Seja breve, Deputado!

O **Deputado Lucas Meira** (Brasil): — ...colocamos aqui uma política semelhante, mas especialmente voltada aos jovens.

Obrigado!

A **Presidente**: — Obrigada, Deputado.

Vamos passar à proposta de eliminação n.º 13.

Tem a palavra a Deputada Lueje D'Alva.

A **Deputada Lueje D'Alva** (São Tomé e Príncipe): — Presidente, houve um erro. Quem vai defender é o Deputado Alex Boa Esperança. A Mesa pode dar autorização?

A **Deputada Lueje D'Alva** (São Tomé e Príncipe): — Passo a palavra ao Deputado Alex Boa Esperança.

O **Deputado Alex Boa Esperança** (São Tomé e Príncipe): — Presidente, temos a medida n.º 13, que vai falar sobre a reconciliação da consciência entre parceiros, para minimizar acções de violência no namoro. Se pensarmos bem, esta medida não nos vai falar como é que vamos reconciliar a consciência entre parceiros, remete-nos à utilização de campanhas de sensibilização, e na medida n.º 2 já temos campanha de sensibilização.

Então, acho que devemos eliminar esta medida, porque a medida n.º 2 é mais viável.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado.

Há alguém que se manifeste contra?

Então, passemos à medida n.º 14. Houve duas propostas de eliminação da medida n.º 14 e, para promover a participação de todos, decidimos dar oportunidade à Deputada da Guiné-Bissau, para intervir. Peço a compreensão de todos.

Passo a palavra à Deputada da Guiné-Bissau.

A **Deputada Leonilde Correia** (Guiné-Bissau): — Bom dia a todos.

Eu sou a Leonilde.

Optamos por excluir a medida n.º 14, porque está incompleta e menos contextualizada, ao passo que a medida n.º 9 defende tudo isso, a criação de programas da educação, prevenção e incentiva o amor e a solidariedade, através do teatro, música e poesia. Através criação de programas de educação e prevenção da violência no namoro, vamos ser informados sobre os direitos a não violação.

Por isso, a medida n.º 14 deve ser excluída.

A **Presidente**: — Desculpe Deputados, temos que fazer uma pausa para o almoço e continuaremos às 14 horas.

Declaro suspensão a sessão.

Aplausos.

Eram 12 horas e 40 minutos.

A **Presidente**: — Boa tarde a todas as Deputadas e a todos os Deputados, declaro reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 25 minutos.

Deputadas e Deputados, de última hora, houve um imprevisto. Como os nossos irmãos da Guiné-Bissau, por questões de força maior, não puderam estar aqui desde ontem, as suas recomendações não foram submetidas à Comissão especializa. Então, para não parecer que nós não estamos a dar-lhes oportunidades, entramos em consenso com a Mesa e gostaríamos agora de propor à Assembleia que eles nos apresentem uma medida, que votem a favor ou contra. Se, no caso, todos aprovarem, vamos passar à apresentação da medida, depois vai ter um Deputado que argumente a favor e outro contra e depois passaremos à votação de todos os Deputados.

Então, vamos passo a passo.

Gostaria que os Deputados levantassem as mãos na hora da votação.

Quem gostaria que eles, pelo menos, fizessem a apresentação?

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Então, os nossos irmãos da Guiné-Bissau vão ter, pelo menos, 3 minutos, para fazerem a apresentação da sua medida.

Tem a palavra o Deputado Rogério Oncunho, da Guiné-Bissau.

O **Deputado Rogério Oncunho** (Guiné-Bissau): — Mais uma vez, muito obrigado.

A nossa medida ...

A **Presidente**: — Deputado, desculpa interromper, mais eu gostaria que fosse ao púlpito.

O **Deputado Rogério Oncunho** (Guiné-Bissau): — Mais uma vez, muito obrigado!

A Presidente deu-nos 3 minutos, mas acho que nem vai chegar aí.

A nossa medida é a seguinte: «Implementação e reforço da estrutura dos Parlamentos Infanto-Juvenil, em todos os países da CPLP presentes.»

Muito obrigado.

Aplausos.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado.

Há alguma dúvida?

Então, quem tem um argumento a favor?

Antes do Deputado de Angola, os irmãos da Guiné-Bissau querem fazer alguma intervenção para explicar a recomendação?

O **Deputado Rogério Oncunho** (Guiné-Bissau): — Sim, Presidente.

Pensamos que esse assunto que foi tratado hoje, a criação de estrutura e o reforço, vai ajudar em termos de organização e também de fiscalização dos Deputados; vai ajudar em todo trabalho que vai ser feito e também a sua implantação nos respectivos países.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Deputado de Angola.

O **Deputado Néurio Pereira** (Angola): — Presidente, não é um projecto de recomendação, mas sim um comentário ao Regimento, que é para todos os países da CPLP terem instituído um Parlamento Infanto-Juvenil. Aqueles que já têm, terão de reforçar o seu Parlamento. Há países da CPLP que ainda não têm um Parlamento Infanto-Juvenil. Então, devem instituir um Parlamento Infanto-Juvenil.

A **Presidente**: — Eu só gostaria de relembrar que provavelmente o Regimento já foi aprovado. Ultrapassando este assunto, algum Deputado vota contra?

Voz: — Não, ele quer falar, o Deputado de Moçambique.

A **Presidente**: — A favor ou contra?

Voz: — Contra.

A **Presidente**: — Tem a palavra o Deputado de Moçambique.

O **Deputado Yzaias Uqueiro** (Moçambique): — Bem, tendo visto que estamos a fazer a apresentação das medidas, no âmbito do projecto de recomendação do I Parlamento Juvenil da CPLP, realizado na República Democrática de São Tomé, sobre o lema «violência no namoro», e não criação de um parlamento em alguns países que não têm o parlamento infanto-juvenil. Acredito que, de alguma forma, estamos a fugir ao contexto, não é que eu queira realmente, é uma ideia em que eu acredito. Maior parte de nós irá aprovar, mas estamos a fugir ao nosso contexto. Segundo o que vem aqui, aprovo. Bem, sem qualquer fundamento, infelizmente não tenho como dizer que aprovo ou não. Simplesmente, eu quero dizer que estamos a fugir àquilo que é o contexto, porque a medida é para o tema «violência no namoro».

Obrigado!

A **Presidente**: — O Deputado quer dizer mais alguma coisa?
Tem a palavra o Deputado de Moçambique.

O **Deputado Yzaias Uqueiro** (Moçambique): — Bem, é algo em que acredito. Acho que eles não tiveram uma comunicação a tempo acerca do mesmo ou, se calhar, deixem-me explicar de uma certa forma. Aqui queremos medidas para a violência no namoro, medidas para combater ou simplesmente um sistema de combate, no que diz respeito ao tema.

Acredito que tenha sido uma pequena falha de apresentação, repiso, porque o que país, Guiné-Bissau, propôs é algo explícito para todos nós, aprovamos, só que infelizmente não está no contexto.

Se for uma medida que diga respeito ao tema, aí sim a aprovação será de forma individual. Mas isso não está dentro, infelizmente.

Obrigado!

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado.

Eu sei que as minhas funções de Presidente não me permitem fazer comentários, mas eu queria fazer uma intervenção. Não estou a apoiar, nem estou contra a decisão de ninguém, mas termos a estrutura do Parlamento Infanto-Juvenil em São Tomé e Príncipe foi algo que ajudou muito na divulgação de várias problemáticas.

Não estou a dizer que apoio ou não, mas estou a dizendo que isso também é importante, não devemos descartar a ideia. Pode até não servir como uma recomendação, mas sim como uma sugestão, no texto que vamos enviar à Conferência dos Ministros da CPLP.

Tem a palavra o Deputado do Brasil.

O **Deputado Lucas Brito** (Brasil): — Presidente, concordo com o que você colocou, bem como o Deputado de Moçambique. Então, acho que para a aplicação das 10 medidas que saíram hoje, é imprescindível que os Parlamentos Infanto-Juvenis dos respectivos países que estão aqui representados existam e tenham a devida fiscalização das medidas que vão ser colocadas aqui. Então, acho que sim, como você sugeriu, não como recomendação, mas sim como uma sugestão, para que as outras medidas sejam colocadas em prática e incluídas nos parlamentos.

Acho que poderia, sim, abrir esse espaço na carta de recomendação.
Obrigado!

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado.
Alguém mais quer fazer alguma intervenção?
Tem a palavra a Deputada Lueje D'Alva.

A **Deputada Lueje D' Alva** (São Tomé e Príncipe): — A meu ver, a medida, apesar de importante, não está no contexto do que nós estamos a discutir, que é a violência no namoro. Portanto, eu não acho correcto que esta medida vá em detrimento de outra que está no contexto. Então, não iria como uma recomendação, certo? Não iria como uma das 10 recomendações. É esta a minha pergunta: vai como uma das 10 recomendações ou como algo a parte? Porque se for, se não está no contexto, não se pode tirar o protagonismo duma medida que está no contexto.

Isto é se pudermos votar também.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputada.

Como já tinham repetido aqui, para se conseguir implementar as 10 medidas, poderia ir, pelo menos, como algo que sirva para implementação. Eu não sei se estou a fazer-me entender.

Tem a palavra o Deputado de Cabo Verde.

O **Deputado Tommy Tomar** (Cabo Verde): — Presidente, a proposta que os nossos irmãos da Guiné-Bissau fizeram, acho que podia entrar não nas 10 medidas, que serão aprovadas, mas sim no Regimento. Podia ser aprovada no Regimento e podíamos dar outra chance para criar uma nova medida, agora que já foi esclarecido por eles.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputado.

É de salientar que o Regimento já foi aprovado pela Assembleia, então, não se pode mexer. Estamos aqui a tentar achar uma solução, para não entrar como recomendação, mas sim como algo que vamos utilizar, para se implementar a par das recomendações. Essa é a essência da recomendação que eles têm.

Tem a palavra o Deputado António Pato.

O **Deputado António Pato** (Portugal): — Obrigado, Presidente.

Eu só queria dizer que esta medida é um bocadinho particular. Esta medida dos nossos irmãos da Guiné-Bissau, não foi, tal como as outras medidas, submetida à Comissão Especializada. Ontem, escolhemos, na Comissão, todas as medidas do projecto de recomendação, todas as medidas que vieram a este Parlamento, pelas várias delegações, aquelas que queríamos que viessem ao debate, na especialidade, hoje, mas estas medidas apresentadas pelos irmãos da Guiné, não foram a comissão. Portanto, primeiro, é necessário escolher e querer saber se realmente queremos que sejam aqui estudadas, avaliadas e votadas, e depois sim decidir se são acrescentadas ao objecto de recomendação.

Disse aqui há bocado o Deputado, tendo a concordar e acho que todo o Parlamento também, que a medida acaba por fugir um pouco ao tema e ao que é o intuito da apresentação de medidas, para a temática da «violência no namoro», mas é preciso saber e averiguar se esta medida é para ser discutida aqui em debate e depois se vai ser votada ou não.

Acho que esta é que tem que ser a decisão primordial agora.

Obrigado!

A **Presidente**: — Caros Deputados, vou passar a palavra à Vice-Presidente, que também quer fazer uma intervenção.

A **Vice-Presidente** (Maria Rodrigues): — Antes de mais, boa tarde a todos.

Obrigada, Presidente pela palavra.

A Mesa decidiu que esta medida não irá constar exactamente como uma medida, mas sim como uma sugestão, no texto final. Ou seja, isto não é uma recomendação para adicionar às outras, porque só podem ser 10, mas sim vai constar no texto como uma sugestão.

A **Presidente**: — Mas não significa que não seja importante. Isto vai estar no texto da carta que vai ser apresentada na Conferência dos Ministros.

Os deputados da Guiné-Bissau querem intervir?

Negaram, acenado com a cabeça.

Estão todos de acordo?

Vozes: — Sim.

A **Presidente**: — Então, acho que não é necessário submetemos à votação esta questão.

Murmúrios gerais.

Pausa.

Bem, não podemos fazer as coisas diretamente, então vamos passo a passo. Sendo assim, vamos passar à votação da sugestão dos irmãos da Guiné-Bissau, que entre como um texto de sugestão, que vai ser apresentado na Conferência dos Ministros da CPLP.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Caras e Caros Deputados, vamos dar continuidade ao período de votação.
Peço à Vice-Presidente que apresente as medidas.

A **Vice-Presidente** (Maria Rodrigues): — Presidente, vamos então prosseguir com a votação das medidas que foram propostas para eliminação, e a próxima medida a ser votada é a n.º 11.

Peço então ao Deputado João Perleques que se pronuncie a favor da eliminação desta medida.

Murmúrios.

Peço ao Secretário que leia esta medida.

O **Secretário** (Lucas Monteiro): — Passo a ler a medida n.º 11: «Criar uma cartilha didáctica intuitiva, em português, a qual abordará as características de um relacionamento abusivo e poderá, por meio de acordo e tratado, ser divulgada através da plataforma *on-line* da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e dos Ministérios correspondentes à temática. O objectivo é que esta seja utilizada pelas escolas e diversos grupos sociais».

A **Vice-Presidente**: — Volto a perguntar quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação?
Tem a palavra o Deputado João Perleques.

O **Deputado João Perleques** (Portugal): — Quero recordar, de forma muito breve, o porquê de querermos eliminar esta medida. Porque, como dissemos, consideramos que criar uma cartilha que está inerente ao desenvolvimento de um *website* que permitiria, segundo o que diz a medida n.º 12, através de um sistema de perguntas e respostas sobre o próprio usuário, apontar ao final o nível de saúde do relacionamento, para enriquecer um bocadinho esta medida, posso dar o meu parecer pessoal, porque estudo nesta área e posso garantir que todo o trabalho que passa pelo desenvolvimento de *websites*, aplicações e coisas do género requer primeiro um estudo, requer criar, por exemplo, uma cartilha, onde depois se vai basear para fazer o programa, para haver uma lógica nas perguntas e nas respostas.

A **Vice-Presidente**: — Alguém quer pronunciar-se contra?
Tem a palavra a Deputada Ana Magalhães.

A **Deputada Ana Magalhães** (Brasil): — Boa tarde a todos.

Sou do Distrito Federal e tive a oportunidade de conhecer alguma das cartilhas que foram promovidas pelo Ministério Público do DF e percebi o tanto que elas são importantes para nós jovens, principalmente para quem sofre de violência no namoro e não o sabe identificar.

Agora, queria promover um momento de reflexão para todos. Quantos dos jovens dos países de vocês têm acesso a internet? Restringir esse acesso a cartilhas só pelo *site* não é algo inclusivo. Precisamos, sim, de meios físicos, para quem não tem esse acesso. Por exemplo, os nossos amigos cabo-verdianos aqui só têm acesso à internet 70% e os outros 30%. Eles não estão sujeitos a sofrer um relacionamento abusivo? Comparem a realidade de alguns países americanos ou africanos, com a de alguns europeus.

Fica aí a reflexão.

A **Vice-Presidente**: — Vamos então proceder à votação da eliminação da medida n.º 11.

Submetida à votação, foi aprovada, com 7 votos a favor, 6 votos contra e 9 abstenções.

Passo a palavra à Presidente.

A **Presidente**: — De acordo com os dados presentes, declaro eliminada a medida.

Aplausos.

Passo a palavra à Vice-Presidente.

A **Vice-Presidente**: — Vamos então proceder à votação da proposta de eliminação da medida n.º 13. Quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação?

Murmúrios.

Tem a palavra à 2.ª Secretária, para ler a medida.

A **Secretária** (Denazia Pires): — Passo a ler: «Reconciliação da consciência entre parceiros.

Para minimizar acções de violência no namoro, os parceiros devem entender-se um ao outro e devem saber distinguir os aspectos prejudiciais no namoro.»

A **Vice-Presidente**: — Obrigada, Secretária.

Volto a perguntar, quem se inscreve para defender esta proposta de eliminação?

Pausa.

Muito bem, uma vez que ninguém se inscreve para defender esta proposta, há alguém contra? Nenhum Deputado de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde novamente, Angola, Brasil e, novamente, São Tomé e Príncipe quer defender esta proposta de eliminação?

Tem a palavra o Deputado Lucas Meira.

O **Deputado Lucas Meira** (Brasil): — Nós, Delegação brasileira, votamos a favor da eliminação desta proposta...

A **Vice-Presidente**: — Faça o favor de se levantar.

Risos.

O **Deputado Lucas Meira** (Brasil): — Peço desculpa.

Votamos a favor da eliminação da proposta, porque a achamos um pouco subjectiva e pouco clara. A reconciliação de consciência, particularmente, nós não conseguimos entender muito bem do que se trata essa expressão e não conseguimos entender também se essa é uma medida preventiva ou, vamos dizer assim, paliativa, ou como uma solução. Mas, apesar disso, sabemos da importância de se cuidar das pessoas que namoram, especialmente daquelas que namoram, dar esse apoio, essa educação do namoro.

Achamos que ela é um pouco subjectiva e pouco clara.

Muito obrigado!

A **Vice-Presidente**: — Obrigada!

Volto a perguntar, ninguém quer se pronunciar contra esta proposta de eliminação da medida n.º 13?

Pausa.

Uma vez que ninguém se quer pronunciar, passaremos então à votação desta proposta de eliminação.

Submetida à votação, foi aprovada, com 16 votos a favor e 6 abstenções.

A **Presidente**: — Declaro eliminada a medida n.º 13.

Aplausos.

A **Presidente**: — Passo a palavra à Vice-Presidente.

A **Vice-Presidente**: — Caras e Caros Deputados, vamos proceder à votação da proposta de eliminação da medida n.º 14. Uma vez que esta proposta de eliminação foi proposta duas vezes, a primeira demos palavra ao Deputado da Guiné-Bissau, agora será um dos Deputados de Portugal, neste caso, António Pato.

O **Deputado António Pato** (Portugal): — A nossa proposta de eliminação a esta medida tem um pouco a ver com, digamos, a eficiência da medida.

A primeira medida é muita vaga, duas linhas que dizem: «Visa desenvolver competências para gerir uma situação de violência pelo parceiro, informar acerca do direito a não violação.» Esta ideia de gerir uma situação é um bocado vaga. Para além de a medida explicar e de reforçar pouco, o que é esta ideia de gerir uma situação de violência? Percebo que está a actuar um pouco na questão da relação em si. Penso que o

nosso objectivo é apostar sobretudo na prevenção da violência no namoro, na punição daqueles que não a cumprem e no bom funcionamento das relações entre os indivíduos.

Esta medida acaba por estar um pouco vaga e o direito a não violação é um direito humano, naturalmente, é algo aferido pela sociedade civil ilegalmente e a medida acaba por não ter muito sentido e não estar coerente, no que diz respeito à problemática.

Uma vez que é vaga e tem pouco a dizer, é pouco específica, acabamos por ficar um bocadinho à nora no que é a discussão e no que é de facto o propósito da medida, e propomos a sua eliminação.

A Vice-Presidente: — Obrigada, Deputado.

Alguém quer pronunciar-se contra a proposta de eliminação da medida n.º 14?

Vamos então proceder à votação da referida medida.

Submetida à votação, foi aprovada, com 19 votos a favor e 3 abstenções.

A Presidente: — De acordo com os resultados da votação, declaro a medida n.º 14 eliminada.

Aplausos gerais.

A Vice-Presidente: — Uma vez que já terminamos a votação das propostas de eliminação, vou passar a palavra à Presidente, para apresentar todas as medidas que foram eliminadas e aquelas que constam no projecto, para podermos prosseguir com os trabalhos.

A Presidente: — Caras e caros Deputados, peço que aguardem só um momento.

Pausa.

A Presidente: — Caras e caros Deputados, peço desculpa. Foram eliminadas as medidas n.º 7, 11, 13 e 14. A recomendação ficou com 10 medidas. Considerando que temos 10 medidas que mereceram o nosso consenso, serão estas que irão constituir a nossa recomendação.

Proponho que aprovemos este texto, por aclamação, para dar mais força à recomendação.

Aplausos gerais, de pé.

Estas recomendações serão entregues aos Estados-membros da CPLP, em nome do Parlamento Juvenil da CPLP.

Aplausos gerais.

Estamos todos de parabéns. O projecto de recomendação final será lido no final desta sessão.

Gostaria de solicitar aos porta-vozes de cada delegação, se querem fazer alguma intervenção ou balanço de como decorreu as actividades. Têm 5 minutos, para o efeito.

Tem a palavra o representante de Angola.

O Deputado Néurio Pereira (Angola): — Quero, em nome do Governo angolano e, em particular, do Ministério da Juventude e Desporto da República de Angola, dizer que estamos felizes e satisfeitos por marcarmos a nossa presença nesta que é a primeira edição do Parlamento Juvenil da CPLP. Este Parlamento serviu para interagirmos com representantes de outros países da Comunidade e debater, de forma muito inclusiva, o tema proposto.

Eu e os meus colegas Deputados iremos pressionar o Governo, para a implementação de todas as medidas aqui aprovadas, em particular a criação de locais apropriados nas zonas urbanas, rurais e zangos comunitários, para passar instruções sobre a prevenção da violência no namoro juvenil, e espero que as outras delegações façam o mesmo.

De igual modo, venho reforçar que o Estado angolano, no âmbito dos compromissos internacionais, tem feito várias acções em prol do desenvolvimento da juventude.

Permita-me fazer uma citação: «Pôr a criança no plano nacional e no Orçamento Geral do Estado, considerando que ela representa o futuro da Nação, que poderá estar comprometido, se todos, governo e sociedade, não assumirem o compromisso de garantir os seus direitos imediatamente.»

Para terminar, gostaria de reforçar o pedido da Guiné-Bissau, para que Sua Excelência o Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, na qualidade de Presidente da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, faça uma recomendação, para que todos os países da Comunidade que ainda não criaram o seu Parlamento Juvenil, no caso específico de Angola, possam criá-lo até o ano de 2020.

O Parlamento Infanto-Juvenil angolano foi encerrado já há uma década, actualmente temos apenas o Conselho Nacional da Juventude, que é composto por 34 organizações, desde políticas, religiosas e sociais.

Para terminar, gostaria de elogiar a forma organizada da actividade, esperamos que continuem assim, agradecemos pela recepção e acomodação da nossa delegação.

Tua pandula, n'ga sakidila, tutu n'dele, pana sakuila, ou seja, muito obrigado!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem palavra o representante do Brasil.

O **Deputado Lucas Meira** (Brasil): — Mais uma vez, boa tarde a todos.

Gostaria de começar, agradecendo pela recepção, pelo apoio, pela hospitalidade, pela presença de todos vocês aqui, Guiné-Bissau a partir de hoje, agradecer por toda a interacção e por nos receber tão bem.

Ficamos muito felizes em participar deste evento, principalmente por saber que em todos países da CPLP, e não tenho dúvidas de que o mundo lá fora, têm jovens comprometidos, jovens activistas, no sentido de preservar os nossos direitos, direitos do indivíduo.

A violência no namoro é um tema que é tão presente, mas que muitas vezes a gente não dá visibilidade, porque ela não tem visibilidade. A violência no namoro é algo escondido, é algo que precisa ser falado, assim como vários outros temas.

A gente ficou muito feliz de ter esse espaço de diálogo, de debate, de conversa.

Agradecemos todos aqui presentes, principalmente a organização do evento, que fez tanto para que isso acontecesse.

Sáímos das nossas casas, nossos países e chegamos aqui de forma rápida, mas existiam pessoas aqui que estavam a fazer isso acontecer.

Agradeço a organização, a Mesa, as Deputadas e os Deputados, as autoridades presentes que se empenharam também em fazer isso acontecer, ao chefe da delegação, pelo empenho.

A delegação brasileira agradece.

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Tem palavra a representante de Cabo Verde.

A **Deputada Ailine Andrade** (Cabo Verde): — Na busca contínua do saber e do conhecimento, eis que todos nós aqui presentes damos por terminado mais uma etapa muito importante para nós. E essa terminou com muito sucesso porque daqui vamos levar amizades importantes, conhecimentos, uma coisa muito bela construímos aqui.

Sobre o tema aqui tratado, constitui um problema social sim, mas o que fizemos aqui foi muito muito importante, porque estamos a combater para a melhoria disso, e isso é muito bom.

Quero agradecer principalmente ao chefe da nossa delegação, João Pereira, aos meus colegas Deputados da Mesa, que estiveram aqui a representar o meu país, a todos os Deputados, foi muito bom este encontro, pois somos irmãos uns dos outros.

Quero também deixar um abraço muito especial para a Presidente da Assembleia, uma amiga, uma menina super, também um abraço muito especial para a Maria.

É muito bom tudo isso, só temos de levar daqui boas lembranças.

São Tomé é um país que vamos levar com recomendação de férias, para voltarmos.

Aplausos gerais.

Um beijo para todos. Quando sair daqui todos podem mandar-me mensagens, porque vou estar com muita saudade. Isso precisa acontecer mais.

Muito obrigada!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Agora, passo a palavra aos Deputados da Guiné-Bissau.

O **Deputado Rogério Oncunho** (Guiné-Bissau): — Mais uma vez, muito obrigado!

Caras e Caros Deputados, estamos a representar as crianças que não têm a oportunidade de estar aqui. Sendo porta-voz daquelas crianças que passam fome, que não têm acesso aos cuidados médicos e medicamentosos, crianças que não têm acesso a água potável, crianças sem acesso à educação de qualidade. O nosso papel deve ser criar compromissos com os nossos governos, por via deste nosso Parlamento Juvenil da CPLP; criar compromissos, através da nossa declaração final, recomendando a

criação de um plano de acção, para fazer face aos problemas que afectam a vida das crianças e jovens dos nossos países.

O nosso papel no processo de desenvolvimento dos nossos países, na verdade, é muito importante, na medida em que a nossa participação na elaboração, implementação e monitorização do referido plano de acção vai ser crucial na obtenção de resultados aceitáveis, para que as crianças possam nascer, crescer e desenvolver os seus potenciais para o bem do País».

Acho que é essa a lembrança que vai levar a delegação da Guiné-Bissau e estamos a pedir que haja intercâmbio todos os anos entre nós.

O balanço foi positivo e fico muito feliz por termos congregado muito bem os países da CPLP. A nossa amizade é para sempre.

Muito obrigado a todos!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Agora, vamos passar a palavra aos Deputados de Moçambique.

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Boa tarde!

Murmúrios gerais.

Boa tarde!

Vozes: — Boa tarde!

O **Deputado Yzaias Uqueio** (Moçambique): — Agora sim!

Risos.

Sua Excelência o Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo de São Tomé e Príncipe, Digníssimos Representantes da Juventude da CPLP, minhas senhoras e meus senhores, todo o protocolo observado: Permitam-nos agradecer, em nome do Governo e da juventude da República de Moçambique, ao povo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, pelo acolhimento e hospitalidade desde a nossa chegada até ao momento actual. Não temos dúvida de que será assim até a nossa partida. O nosso muito obrigado!

Agradecemos a Comissão Organizadora do evento e todos os intervenientes, cujo empenho permitiu a materialização deste evento e o tratamento carinhoso que dedicaram a cada um dos participantes.

O nosso muito obrigado!

Agradecemos a todos os jovens Deputados pelas lições aprendidas através da troca de experiências que, sem dúvidas, vai ser uma mais-valia na construção da nossa personalidade individual e colectiva como jovens.

Mais uma vez o nosso muito obrigado!

Agradecemos a Comissão Organizadora, os chefes das missões de cada país, em partilhar com Moçambique, desde o início das actividades, sem interferir nas nossas ideias e terem garantido que o exercício da nossa liberdade democrática não se transformasse numa desordem.

Testemunhamos a verdadeira transparência na apresentação e debate das medidas, com vista a mitigar a violência no namoro, e penso que juntos aprovamos, democraticamente, a declaração mais consensual possível.

Caras e caros Deputados, meus pares, minhas senhoras e meus senhores, tratando-se do I Parlamento Juvenil da CPLP, não temos dúvidas de que a aprovação do Regimento representou um passo significativo como instrumento regulador da participação dos jovens neste fórum. Levaremos certamente uma imensurável aprendizagem, resultado das diversas experiências que, humildemente, pudemos colher da nossa convivência durante esses 2 dias.

Naturalmente, não somos perfeitos, por isso pedimos sinceras desculpas, perdão em todos os momentos em que, sem nos apercebemos, assumimos uma postura menos exemplar. Esperamos que isso não tenha acontecido.

Almejamos uma boa viagem de regresso a todos irmãos, jovens Deputados e um bom retorno ao convívio familiar.

Aos jovens Deputados do Parlamento Infante-Juvenil de São Tomé e Príncipe, vai a nossa vénia pela participação activa e efetiva na organização e realização deste evento.

A luta juvenil continua!

Kani mambo!

Obrigado!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Agora passo a palavra aos Deputados de Portugal, para fazer a intervenção.

O **Deputado António Pato** (Portugal): — Olá a todos, mais uma vez.

Vozes: — Olá!

O **Deputado António Pato** (Portugal): — Antes, queria mais uma vez, numa declaração final, dizer três coisas que acho que são importantes.

Em primeiro lugar, queria fazer alguns agradecimentos muito especiais aos meus colegas, esse é o principal de todos, colegas, amigos e irmãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a esta Mesa, que fez um trabalho impecável hoje, aos Deputados, à Comissão Especializada de ontem, a todos os outros Deputados que participaram, aos Deputados da Guiné-Bissau, que chegaram mais tarde, mas que penso que foram recebidos com todo o trato que mereciam, a todo o apoio e a todos os organizadores e colaboradores do I Parlamento Juvenil da CPLP, aos Deputados do Parlamento Infante-Juvenil aqui de São Tomé, que também foram impecáveis e nos ajudaram muito, a quem nos recebeu, a toda a equipa do IPDJ, que já me acompanha há muito tempo. Um abraço especial ao João, chefe da delegação, à Vice-Presidente, Sónia, à Rosária, a todos eles, muito obrigado!

Já participo nestas coisas há alguns anos e enche-me o coração ver que fico muito motivado e fico mesmo muito agradecido por tudo que fizeram.

Depois, queria agradecer ainda à comunidade e ao País São Tomé e Príncipe, que é um país incrível, apesar de tudo, apesar de todas as desvantagens e as coisas piores que possam ter, porque nenhum país é perfeito. Continuam a ser um povo feliz, um povo alegre e que acredita, sobretudo acredita, sobre todas as dificuldades, sobre tudo o que passam, e é para nós um orgulho, na Comunidade da CPLP, ter um país que continua a lutar. Isso é o que nos dá força, nos dá a pujança de que de manhã falava.

Por último, queria dizer também que foi um prazer estar aqui a representar a delegação de Portugal. Vamos para Portugal de coração cheio, como é óbvio, e não poderíamos estar mais orgulhosos de todo o trabalho que desenvolvemos aqui.

Um abraço especial também à Aleina, que foi espetacular, que liderou a sessão de uma maneira mesmo de louvar. Não percas esse espírito, um grande abraço para ti.

Desculpem-me, não queria ser ingrato, mais um cumprimento especial aos meus dois colegas, à Madalena e ao João, que são duas pessoas incríveis e que me acompanharam aqui. Um grande abraço para eles.

Queria só deixar também uma nota. Tem estado muito na berra a questão dos jovens. Falei disso também ontem, a questão das alterações climáticas, da revolução dos jovens, da emancipação, etc. Façam sempre por que nos levem a sério, por que oiçam aquilo que queremos dizer. Queremos um futuro mais próspero, mais feliz, com mais oportunidades, porque merecemos isto. De facto, nós é que construímos, nós seremos os próximos Deputados, e Deputados que estaremos, não só aqui em São Tomé, mas pelo resto do mundo, e é mesmo muito importante que nunca percamos essa força, que sejamos sempre fortes e empenhados e que nunca desistamos de ser tão fortes. Somos as sementes do presente e seremos as folhas do futuro, sempre, sempre!

Obrigado São Tomé, muito obrigado a todos!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Em seguida, vou passar a palavra à porta-voz de São Tomé e Príncipe.

A **Deputada Lueje D'Alva** (São Tomé e Príncipe): — Boa tarde a todos.

Vozes: — Boa tarde!

A **Deputada Lueje D'Alva** (São Tomé e Príncipe): — A delegação são-tomense está muito orgulhosa do trabalho feito hoje e ontem e, então, damos quase como encerrado o Parlamento Juvenil da CPLP 2019.

Queria agradecer calorosamente a todos os meus colegas Deputados, por todas as intervenções aqui feitas, tanto cá nesta Sala, como fora dela, porque as trocas culturais que tivemos aqui foram poderosas e muito enriquecedoras para tanto nós como pessoas, como cidadãos.

Também queria reforçar o peso da responsabilidade que nós temos por estarmos a representar outras vozes, vítimas desta reformática globalizada «violência no namoro». Mas esta responsabilidade não acaba hoje com o encerrar do Parlamento 2019, porque fora deste devemos continuar a ter o mesmo sentido crítico que tivemos hoje aqui presente, porque é através deste sentido que nós identificamos problemas e, posteriormente, os solucionamos.

Assim sendo, só me resta agradecer a organização, por ter acreditado em nós jovens, por ter feito disto algo possível e ter-nos dado um palco para mostrarmos que nós os jovens temos voz e que podemos, sim, fazer política.

Muito obrigada!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Deputada.
Agora, passo a palavra ao porta-voz de Timor-Leste.

O **Deputado André Paulo** (Timor-Leste): — Boa tarde a todos!

Vozes: — Boa tarde!

O **Deputado André Paulo** (Timor-Leste): — Caros Deputados, Excelentíssimas Autoridades de São Tomé e Príncipe, Comissão Organizadora, Senhoras e Senhores: Em primeiro lugar, quero declarar a todos os presentes que a delegação de Timor-Leste aceita plenamente os comentários dos Deputados de São Tomé, referente à medida proposta pela nossa delegação, pois vimos que esta medida se contempla noutras duas aprovadas nesta Assembleia.

Em seguida, gostaria de aproveitar esta oportunidade de referir o nosso apreço em todos os acontecimentos, na organização dos eventos, desde a nossa chegada.

Por último, gostaria de referir o nosso maior apreço, pela boa colaboração e boas atitudes demonstradas pelos nossos colegas Deputados, que nunca iremos esquecer.

Prometemos que tudo que aprendemos convosco constitui novas experiências, que iremos implementar no nosso país.

Obrigado!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigado, caro colega Deputado.

Agora, gostaria de fazer um pedido, que eu sei que o Regimento me permite.

Vou pedir à Vice-Presidente que ocupe o meu lugar, porque vou ao Grupo Parlamentar falar como uma Deputada.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente, Maria Rodrigues.

A **Deputada Aleina Sousa** (São Tomé e Príncipe): — Mais uma vez, boa tarde a todos!

Vozes: — Boa tarde!

Eu, na qualidade de Presidente, não poderia demonstrar as minhas emoções para com qualquer tipo de delegação, ou fazer algum tipo de comentário positivo, apesar de que possa ter feito, mas não poderia fazer. Então, estou a falar na qualidade de Deputada da delegação são-tomense.

Bom, estamos aqui, somos de diferentes continentes, mas isso nunca impediu que todos convivêssemos; isso nunca impediu que todo mundo entendesse aquilo que o outro sente e por aí fora. Isso é que constitui o mundo: opiniões diferentes, críticas.

Com os angolanos, não tive muita convivência, mais o líder parlamentar representou o seu país, todos os líderes, tanto o de Angola, como todos os outros representaram de maneira honrosa os seus países.

Queria falar de todos, mas o tempo não permite. Então, é uma honra para nós, os são-tomenses, recebermos a maioria das delegações da CPLP em nossa Casa.

Gostaria de agradecer a todos aqui presentes por estarem aqui, porque eu sei que existem pessoas que poderiam estar sentadas em casa, a fazer as suas coisas, irem para os seus trabalhos, frequentar escolas, mais todo mundo está onde? Está em São Tomé, nesta Sala e na plenária. Então, é gratificante. É gratificante saber que existem pessoas que se importam em mudar. Essa é a essência do nosso trabalho. Tentar mudar, porque provavelmente as pessoas começam a dizer o quê? Essa é a última geração.

Porque o homem só faz as coisas para destruir! O homem só quer destruir? O quê que nós, a nova geração, podemos fazer? O quê que nós podemos fazer para evitar? Porque quando a minha filha ou meu filho vier, tem que encontrar isso em condições também para usufruir. Nós não podemos estar só a usufruir, esquecendo que temos filhos e netos por vir. Então, estamos todos aqui presentes nesta Sala, temos que começar a mudar as nossas ideias. Não é submeter-se a ideia do outro, mas sim, espírito crítico.

Como o meu orientador sempre fala: «temos que ter sempre um espírito crítico, não só aceitar a ideia do outro.» Como pudemos ver hoje, aqui, houve um bocadinho de atrito, porque o jovem parlamentar do Brasil é muito ativo e muito crítico, e isso é muito bom.

Não estou só a lhe apoiando. Estou a falar de uma forma geral, temos que ter o espírito crítico. Somos a nova geração.

Eu também me encanto com a representante de Cabo Verde, que é tão espontânea, tão espontânea naquilo que fala, que nem apetece intervir, para dizer-lhe «para, não fala», porque gosta daquilo que faz, gosta muito de escrever.

Então, todos nós estamos cá presentes, fazemos alguma coisa, temos vocação para alguma coisa. Eu não consigo estar parada sob pressão, a trabalhar sob pressão, nem com muitos papéis à minha frente. Não consigo trabalhar, não consigo!

De forma espontânea, pode ser que eu não consiga e outra pessoa consiga.

Eu agradeço a todos que estão aqui presentes, um por um, individualmente, a minha delegação, os meus companheiros, o meu orientador, o Sr. Seco, que é também uma das minhas inspirações, porque é uma pessoa que basicamente mobilizou o Parlamento Infanto-Juvenil, que é algo muito importante. Hoje não pôde participar, o Júnior é que está cá, que é da Guiné-Bissau, mas é um jovem muito activo. Fui muito bem recebida em Guiné-Bissau, por isso é o momento que estou a ver, para partilhar essa recepção. Não pude fazê-lo, mas deixo aqui as minhas palavras de agradecimento. São Tomé e Príncipe foi muito bem recebido na Guiné-Bissau.

Eu também agradeço a todas as entidades aqui presentes, ao Sr. Ministro, à Sra. Secretária, à Sra. Coordenadora, à Sra. Diretora, tanto os representantes da UNICEF, que estão cá presentes, que sempre nos apoiam.

Eu sei que estou a falar bastante, mas eu também sei que há pessoas que estão dispostas a ouvir aquilo que estou a falar.

Eu agradeço aos irmãos de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Timor-Leste, que tem muita alegria, o Sr. Romário, está sempre alegre e disponível para trabalhar. Aliás não só ele, todos.

Agradeço aos irmãos do Brasil, de Portugal, que já são nossos amigos, e também agradeço a Moçambique, o seu representante com muita postura, os meus sinceros agradecimentos, tanto à delegação inteira, como Angola, e também à Mesa provisória que foi uma equipe que trabalhou para presidir à sessão passada, que temos também muito que agradecer, tanto a todos presentes nesta Sala.

Não dá para o senhor ver muito, mas dá para ver alguma coisa aqui, também agradeço muito.

Eu tenho mais a agradecer do que pedir. Então, agradeço a esta Mesa maravilhosa, tão bonita, a Presidente, a Vice, o Secretário, a Secretária, agradeço a todos, a Companhia de Telecomunicações, todos os que fizeram o nosso Parlamento da melhor forma possível.

Espero que não me tenha esquecido de ninguém, nem do protocolo, as pessoas também que trabalharam.

Risos gerais.

Espero que não me tenha esquecido de ninguém. É assim o meu voto de agradecimentos.

Estou muito feliz.

Aqui, só vou estender um bocado. As nossas mentes têm que parar de ser preconceituosas. Foi uma senhora que me disse isso ontem. Nem vou dizer que é de Angola.

Risos e aplausos gerais.

Vamos deixar as nossas mentes preconceituosas, somos todos irmãos. O racismo também não é só por parte do branco para com o preto. É do preto para com o preto e branco para com o branco. Então, nem se deveria estar a denominar branco e preto. Somos seres humanos.

Muito obrigada!

Aplausos.

Todos nós merecemos!

Agora vou voltar ao lugar de Presidente.

Entretanto, reassumiu a presidência a Presidente, Aleina Sousa.

A Vice-Presidente (Maria Rodrigues): — Muito obrigada, Presidente, pelas suas extraordinárias palavras e pela pessoa maravilhosa que é. Nada que algum de nós possa dizer mais sobre estes maravilhosos dias, porque já foi tudo dito.

A Presidente é uma das muitas pessoas aqui de São Tomé que levo no coração.

Obrigada!

Aplausos gerais.

A Presidente: — Bom, continuando, agora vamos ter um intervalo de 15 minutos, eu peço aos Deputados que se retirem da Sala, só os líderes de cada delegação vai permanecer na Sala. Peço que os demais possam dirigir-se lá fora, é a maneira mais suave que estou a dizer, para saírem da Sala.

Risos.

Pausa.

Eram 15 horas e 40 minutos.

A **Presidente**: — Deste modo, declaro reaberta a sessão.

Eram 16 horas e 20 minutos.

A **Presidente**: — Caras e caros Deputados, vamos aguardar a chegada de Sua Excelência o Primeiro-Ministro.

Pausa.

A **Presidente**: — Boa tarde, Sua Excelência o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Dr. Jorge Bom Jesus.

Obrigada pela sua honrosa presença, declarado pela Presidente da Mesa do I Parlamento Juvenil da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, representando todos cá presente.

Muito obrigada!

Aplausos gerais.

Peço aos Secretários que passem a ler as recomendações aprovadas na Assembleia.

O **2.º Secretário** (Lucas Monteiro): — Boa tarde a todos novamente!

Passo a ler as recomendações das sessões plenárias de 21 e 22 de Novembro de 2019.

«Violência no Namoro.

Os Deputados juvenis presentes no I Parlamento Juvenil da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na cidade de São Tomé, recomendam aos Srs. Ministros responsáveis pela Conferência de Ministros de Desporto e Juventude da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa adopção das seguintes medidas:

1. A criação de uma linha de emergências de aconselhamento que garantam suporte moral e psicológico às pessoas vítimas de ameaças ou qualquer tipo de violência.

2. Desenvolvimento de campanhas de sensibilização sobre os diferentes tipos de violência no namoro, física, psicológica, verbal, social e sexual, através das associações estudantis.

Desenvolver campanhas de sensibilização nos diferentes meios, onde se encontram os jovens, com o objetivo de informar, esclarecer e apoiar as vítimas.

3. Ampliação da abrangência da lei com as medidas de coação, específicas para os jovens infractores, em crimes ligados à violência no namoro, através do reforço de legislação nos países da CPLP, com vista à criminalização da violência no namoro, em país que isso ainda não acontece.

4. A formação de uma rede de apoio no seio escolar, composta por psicólogos, professores, associações estudantis, com o intuito de denunciar a problemática e acompanhar a vítima.

5. A criação de uma comissão parlamentar especializada em violência no namoro, que aproxime as autoridades competentes, na proteção dos jovens, na problemática da violência no namoro.»

Agora, tenho a honra de passar a palavra à minha colega.

A **1.ª Secretária** (Denazia Pires): — 6. A Elaboração de um programa para o tratamento dos agressores da violência no namoro, objetivando ir além de simples punições. Espera-se com isso o combate, além de incidência, à prevenção de novos casos de violência do namoro.

7. A concessão de espaços apropriados nas zonas urbanas e rurais, para educar sobre a prevenção da violência no namoro juvenil.

8. Aplicação de programas de educação, prevenção da violência e o incentivo ao amor, à solidariedade e fraternidade juvenil, através de teatro, da música e da poesia.

9. O financiamento das associações que têm como principal objetivo, apoiar e sensibilizar na prevenção da violência no namoro.

10. A promoção de uma plataforma digital e interativa voltada ao público jovem, com a finalidade de detectar possíveis condutas maléficas, que caracterizam violências e relacionamentos abusivos, que permita, através de um sistema de perguntas e respostas sobre o próprio usuário, apontar ao final o nível da saúde do relacionamento, possibilitando assim mudanças na vida de jovens.»

Obrigada!

Aplausos gerais.

A **Presidente**: — Muito obrigada, caros Secretários.

Antes de encerrar a sessão, tenho a honra de dar a palavra a Sua Excelência Representante da UNICEF.

A Sra. **Representante da UNICEF** (Mariavitoria Ballota): — Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sua Excelência o Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Exmo. Sr. Presidente do Fórum da Juventude da CPLP, Exma. Sra. Secretária-Geral Adjunta da Conferência dos Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados da Assembleia Nacional, Exma. Directora do Instituto da Juventude, Caros Deputadas e Deputados Juvenis da CPLP, Caras Deputadas e Deputados do Parlamento Infanto-juvenil de São Tomé e Príncipe, minhas senhoras e meus senhores:

Ter um discurso oficial preparado, como veem, talvez precisa muita pouca preparação e é um pouco pesado. No entanto, pensei que depois de 2 dias de tanto dinamismo nesta Sala, não sei se vou ler um discurso preparado, a minha equipa irá me perdoar por isso.

Mas a dinâmica e a energia na Sala é tão forte que acho que tenho que contruir nesta dinâmica e também Sua Excelência o Primeiro-Ministro tem sempre discurso tão natural que acho que vou tentar fazer também o mesmo hoje.

Falo também para as minhas colegas do PNUD e do FNUAP, que não estão aqui, esta tarde, em representação as agências das Nações Unidas.

Vendo esta Sala, hoje, e nestes 2 dias remarquei uma coisa muito importante, a mais linda que vi nestes 2 dias. Tive a possibilidade de concentrar sobre a diferença, tem aqui sete países com culturas diferentes, prioridades talvez diferentes, desafios diferentes. Em 2 dias escolheram concentrar sobre a visão comum que têm para a juventude e esta é a diferença que vemos na juventude hoje. Não há fracturas, não há debates não construtivos, estão reunidos nesta Sala com a mesma visão, certo! Com algumas diferenças de opinião, mas chegando junto as recomendações que os representa a todas e todos.

Esta é uma força da juventude e é uma força que precisamos manter quando atingirmos a idade adulta.

Há uma frase que gosto muito que é: «o segredo para progredir é começar» e ontem vocês começaram algo de muito importante, acho que foi a delegação do Brasil ou Moçambique que falou de fazer a história e este grupo está fazendo a história para os países da Comunidade de Língua Portuguesa.

Têm uma responsabilidade muito grande de representar outros jovens que não têm o privilégio de ter acesso a estudo, informações, educação, ter a possibilidade de viajar e estar aqui, esta é a vossa responsabilidade maior, de representar estes jovens, rapazes e raparigas que estão em situação mais vulnerável que vocês e que conta com vocês para falar das prioridades.

A minha mensagem, para vocês, é que continuem sendo únicos. Únicos na sua personalidade, mas juntos na visão com os outros; entusiastas, não perder o entusiasmo, a garra de fazer. A sociedade, algumas vezes, quando temos muito entusiasmo, pedem-nos para termos uma etiqueta, ou para estarmos dentro de uma caixa específica, ou para nos conformarmos.

Não deixem de ser únicos, entusiastas e de ter a vossa energia.

Não vai ser muito fácil, quanto tiverem o vosso trabalho, quando tiverem responsabilidade nas famílias, quando tiverem problemas com os colegas, etc., mas continuem sendo gentis e corajosos. A gentileza e a coragem são dois aspectos que fazem a diferença.

É por isso que vocês falam de um tema muito pesado que é a «violência no namoro». É um tema que precisa exactamente desta atitude construtiva, entusiasta e de esperança.

Vão sentir, nas recomendações, alguns momentos que vão dizer «ah, isso não é possível!» Todas as recomendações que acabamos de escutar foram apresentadas com um tom de esperança de que vai ser possível. Nessas recomendações também o que gostei que vocês identificaram muitos actores para vos ajudar, com quem trabalhar. Nenhuma das recomendações foi feita ou pode ser realizada por uma pessoa sozinha. Precisamos dos Estados, dos governos, dos professores e da sociedade civil. Então, uma mensagem muito forte que sai dessas recomendações é ter um trabalho conjunto.

Para terminar, da parte da UNICEF, esta é uma semana muito importante, celebramos o 30.º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, pela UNICEF, pela criança e pelos jovens. Sei que um evento foi organizado ontem neste sentido, mas acho que não poderíamos terminar esta semana de uma outra maneira, se não esta de ter o I Parlamento Juvenil da CPLP, com as suas recomendações e activo diálogo.

Gostaria de expressar o enorme orgulho da UNICEF aqui em São Tomé e Príncipe, vendo a Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe a liderar o I Parlamento Juvenil da CPLP. Acho que é uma representação muito boa, de uma dinâmica muito grande, que é vista nesta Sala, de todas as delegações.

O mais importante é não parar por aqui. O Parlamento Infanto-Juvenil não é de 2 dias, não é somente um evento para comunicação, não é somente um encontro de 2 horas.

Agora o trabalho começa e quero assegurar que a UNICEF está atrás, continuamos a apoiar, sobretudo em São Tomé e Príncipe, mas estou segura de que também nos sete países da CPLP, para onde as delegações vão regressar.

Um agradecimento especial, mais uma vez, ao Ministério da Juventude e Desporto, pela liderança.

Este evento foi organizado há várias semanas e meses, com o desempenho de várias partes, muita logística, que não se vê aqui agora, mas que permitiu realizar todas as actividades, o que foi um sucesso muito grande.

Viva o I Parlamento Juvenil da CPLP!

A **Presidente**: — Muito obrigada Sra. Represente da UNICEF em São Tomé e Príncipe, por sempre transparecer o conhecimento de uma forma tão suave.

Agora, dá-nos a honra de presidir ao encerramento da nossa sessão Sua Excelência o Primeiro-Ministro de em São Tomé e Príncipe, Dr. Jorge Bom Jesus.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Jorge Bom Jesus): — Muito obrigado.

Hoje não vou improvisar, vou ler. O peso da responsabilidade é tal, porque temos o futuro aqui presente, e tenho que deixar uma marca indelével para o futuro.

«Excelentíssimos Srs. Membros do Governo, Excelentíssimo Sr. Secretário-Geral da Assembleia Nacional, Sra. Representante da UNICEF, Sra. Vice-Presidente do Instituto Português do Desporto e da Juventude e Secretária-Adjunto do Conselho de Ministros da Juventude e do Desporto da CPLP, Sra. Coordenadora da Juventude do Conselho de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, Sra. Directora do Instituto da juventude e demais directores presentes, Sr. Presidente do Fórum da Juventude da CPLP, Jovens Deputados I Parlamento Juvenil da CPLP e Chefes das Delegações, Distintos Convidados e Observadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores, as minhas melhores saudações à augusta Assembleia jovem da CPLP.

É imbuído de enorme satisfação e orgulho que São Tomé e Príncipe acolhe o I Parlamento Juvenil da CPLP, cujos trabalhos decorreram nesses 2 dias edificantes de partilha, interação e convívio, pelo que, em nome do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, gostaria de expressar gratidão, pela qualidade da organização geral e em particular, todos os participantes neste fórum comunitário.

Aos que vieram de tão longe, o nosso muito obrigado. Ficam abertos os nossos braços nostálgicos e levem convosco a vontade de regressar sempre.

A CPLP é maioritariamente jovem. Quem tem juventude tem tudo: sonho, utopia, inovação é impulsivo e tem o porvir.

A realização em São Tomé e Príncipe deste evento carregado de grande simbolismo histórico e político, para o nosso Santo Arquipélago e para a juventude da comunidade lusófona, abre uma nova página de esperança, testemunhando vontade política de dar vez, voz, participação, responsabilidade e protagonismo aos mais novos.

Tendo o País a presidência da Conferência dos Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, é engajamento do Governo que tenho a honra e o privilégio de liderar, trabalhar na consolidação dos grandes desafios e de programas com e para a juventude, autora e destinatária do nosso futuro colectivo.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores e caros jovens, este I Parlamento Juvenil da CPLP, sob o lema Violência no Namoro, teve o propósito de empoderar os jovens a exercerem os seus direitos na tomada de decisões colectivas, através de debates construtivos, que possibilitaram o diálogo sobre a promoção das questões de cidadania, no âmbito da comunidade, assim como incentivar o desenvolvimento de suas capacidades de reflexão crítica e analítica. Com este exercício, os jovens desbravaram o matagal de ignorância, ampliaram seus conhecimentos e fortaleceram as diferentes formas de expressão das suas ideias, assim como experimentaram o funcionamento da instituição parlamentar, nesta Casa da Democracia. Em suma, produziram e aprovaram propostas e recomendações que certamente mudarão as nossas atitudes, comportamentos e práticas cidadãs.

Excelências, caros jovens parlamentares, o presente futuro está nas nossas/vossas mãos.

Termino a minha intervenção curta, na certeza de que as diferentes delegações aproveitaram um pouco das suas estadias nestas terras abençoadas, para apreciar a beleza natural e a hospitalidade do povo santomense.

Desejo assim a todas e todos um bom regresso ao conforto das vossas respectivas famílias.

Grato pela atenção que me dispensaram.

A **Presidente**: — Muito obrigada, Excelência o Sr. Primeiro-Ministro de em São Tomé e Príncipe, Dr. Jorge Bom Jesus.

Agora, é a hora mais difícil, que é a hora de dizer que vai terminar.

Eu fico muito grata por, nestes dias todos, trabalharmos, como a Sra. Representante do PNUD referiu, com vários pontos de vista, mas um objectivo comum.

Por isso, enquanto Presidente da Mesa, declaro encerrada a sessão do I Parlamento Juvenil da CPLP.

Aplausos gerais.

A Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 45 minutos.